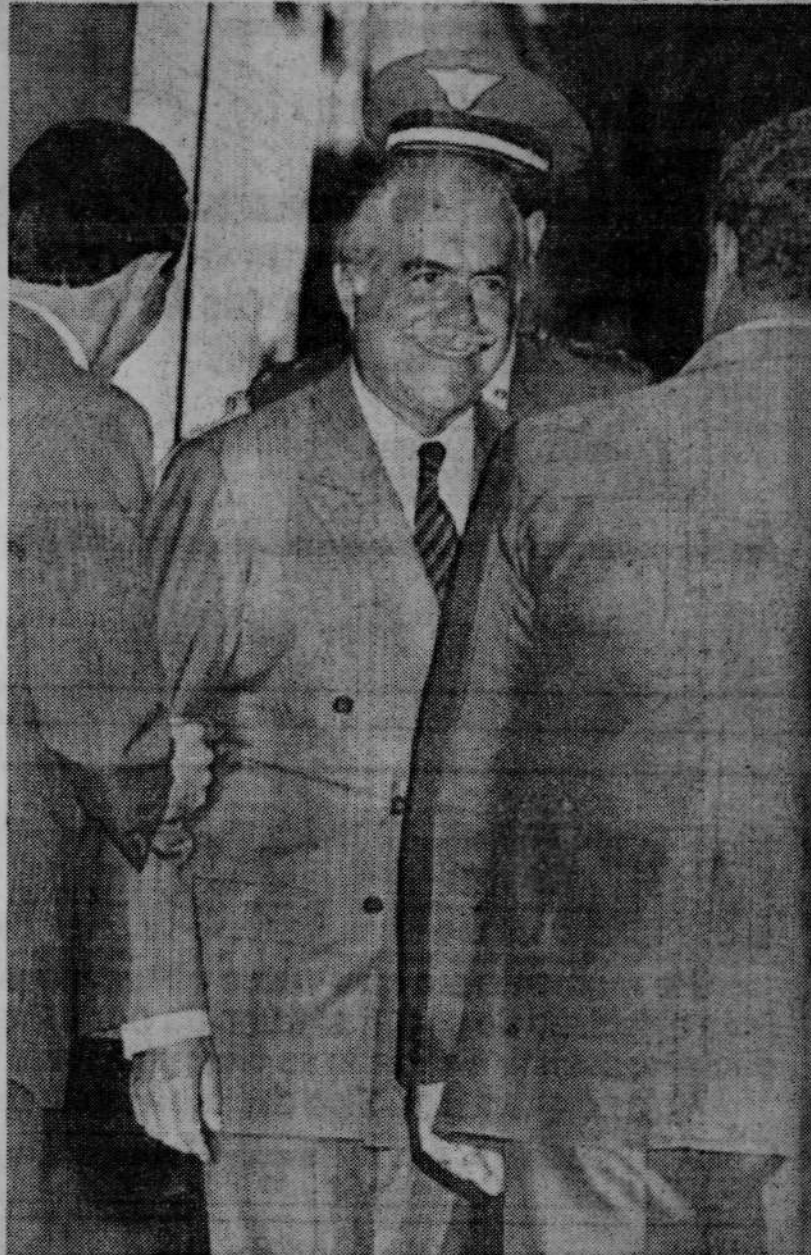


# Sarney antecipa comemoração com líderes e ministros

31/5/88 — Wilson Pedrosa



Sarney, com os 5 anos garantidos: "É formidável"

## Sai o cartaz dos 4 anos

■ Balde, escova e uma pequena faca nas mãos, Joaquim M. Filho, 62 anos, funcionário do serviço de limpeza do Congresso, foi escalado na manhã de ontem para o duro trabalho de promover a raspagem de dezenas de cartazes pedindo quatro anos de mandato para o presidente Sarney, espalhados por toda a cidade, principalmente na esplanada dos Ministérios. "Moço, é tão difícil arrancar isso quanto o homem ficar lá

só quatro anos", argumentava Joaquim. Os cartazes, em branco e vermelho, tinham a exclamação "Chega! O povo não aguenta mais". Foram colados pelo Sindicato dos Professores no Distrito Federal. Durante os dias que antecederam a votação do mandato presidencial pela Constituinte, esta foi a única manifestação mais visível pelos quatro anos, nas ruas da capital federal.

## Prisco já pensa nos atendimentos

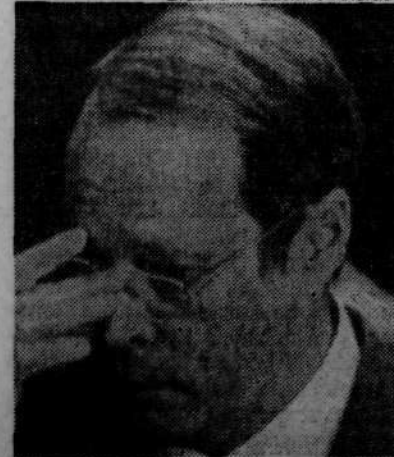
Embora a ordem do presidente José Sarney fosse contra a euforia do já ganhou, o governo aguardava a decisão da Constituinte já pensando no dia seguinte à vitória dos cinco anos. "Recebi parlamentares o dia inteiro. Anotei pleitos e examinei as possibilidades de atender", confirmou o ministro da Habitação e Urbanismo, Prisco Viana. Figura de destaque na articulação política do Palácio do Planalto, não se conteve e anunciou que, após o triunfo na frente política, Sarney concentraria fogo na frente econômica, para legar a seu sucessor um país com situação estável.

"Desencadaremos uma ação administrativa agressiva no campo da normalização econômica", continuou Prisco. O ministro da Habitação revelou que em março, quando a Constituinte aprovou mandato de cinco anos para os futuros presidentes, o governo começou a preparar uma série de iniciativas para pôr em prática até o fim do mandato de Sarney, em 1990. "Podem não ter percebido, mas já está resolvida a questão da desarrumação interna", garantiu.

Prisco lembrou que o presidente reforçou a unidade interna do governo, com um conselho informal composto por ministros e políticos que reúne quase diariamente. Ainda no campo político, Sarney regularizou a situação do governo no Congresso, com a indicação do senador Saldanha Derzi para seu líder no Senado e a formação do colégio de vice-líderes do líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna. "Com isso, o governo mostrou que está atento a tudo", assinalou.

No campo econômico, Prisco citou o lançamento das bases da política de contenção do déficit público; o congelamento da URP para o funcionalismo federal, mantida apesar da impopularidade que desencadeou e a liberalização da política industrial.

Brasília — Luciano Andrade



Sant'Anna: com orgulho

## Cresce a preferência pelo tampão de 2 anos

BRASÍLIA — Sai o adiamento das eleições municipais e entra o mandato tampão de dois anos para prefeitos e vereadores a serem escolhidos a 15 de novembro deste ano, que terão ainda o direito de disputar a reeleição em 1990. Foi a decisão anunciada no começo da noite de ontem pelo vice-líder do PFL na Constituinte, deputado Inocêncio de Oliveira, pouco antes da reabertura da sessão para a discussão do mandato do presidente Sarney.

Inocêncio, com a concordância do líder José Lourenço, anunciou que já havia feito consultas às lideranças do PTB e PDS, obtendo delas aprovação à medida.

Para tanto, Inocêncio informou que o PFL e os dois outros partidos lutarão agora pela aprovação de uma emenda do deputado Arnaldo Rosa Prata (PMDB-MG), que concede dois anos de mandato aos prefeitos e vereadores a serem eleitos dia 15 de novembro próximo, com direito a disputarem a reeleição em 1990. Com essa medida, o país terá eleições gerais em 1994, quando serão escolhidos, simultaneamente, o presidente, governadores, senadores, deputados federais e estaduais, prefeitos e vereadores.

**Custos** — "Em 1994 — explicou Inocêncio — vamos repassar os custos da campanha. As eleições mais baratas que enfrentamos foram as de 1982, quando foram escolhidos, simultaneamente, governadores, senadores, deputados federais e estaduais, prefeitos e vereadores."

Inocêncio reconheceu que esse mandato tampão evitaria o desgaste do adiamento das eleições municipais juntamente com a concessão de cinco anos de mandato para o presidente Sarney.

"O PMDB — explicou — é o partido onde mais existe apoio a essa tese. Tanto é que o deputado Rosa Prata pertence a esse partido."

Essa tese já havia sido levantada em plenário, durante a tarde, pelo deputado Luis Roberto Ponte (PMDB-RS), um dos principais negociadores do *Centrão*. Segundo ele, havia apenas um obstáculo: a resistência dos já candidatos declarados às prefeituras de aceitarem um mandato de apenas dois anos. No entanto, para Ponte, essa resistência poderia ser quebrada com a permissão da disputa da reeleição dois anos depois.

**Trégua** — O líder do PFL na

Constituinte, deputado José Lourenço, e o deputado Luis Roberto Ponte (PMDB-RS), um dos principais negociadores do *Centrão*, defenderam ontem, porém, a celebração de uma trégua nos trabalhos de votação, logo após a definição do mandato do presidente Sarney, como uma forma de "limpar" todo o restante do título das Disposições Transitórias. Em setores da oposição, essa proposta foi logo apontada como um primeiro passo para discutir o adiamento das eleições municipais. Mergulhados até agora na discussão do mandato de Sarney, os constituintes mostravam-se ontem desorientados com relação às eleições deste ano.

"Haverá eleições, sim, pois eles não encontraram um arauto para defender o adiamento com toda a força" — disse, no fundo do plenário, o deputado Alceni Guerra (PFL-PR). Se Alceni se mostrava confiante, o deputado Afif Domingos (PL-SP), candidato a prefeito de São Paulo, fazia uma advertência: "Essa história de adiamento é como o ronco da pororoca. Ninguém precisa saber onde ela está, pois já sabe que ela vem."

Lourenço defendeu ontem a manutenção das eleições e o assessor parlamentar do Palácio do Planalto, Henrique Hargreaves, jurava de pés juntos, no Salão Verde, que Sarney não se meteria nessa discussão. No entanto, quando lhe lembraram que o presidente teria cobrado os apoios que recebeu, na questão dos cinco anos, por parlamentares empenhados nas eleições de novembro deste ano, retrucou: "E daí? Quem mandou aprovar as eleições em 88?"

Se poucos constituintes ousam defender publicamente a prorrogação dos mandatos municipais, disposição secreta para isso não falta. Nada menos do que 14 emendas foram apresentadas ao título das Disposições Transitórias da futura Constituição, propondo o adiamento das eleições municipais. Há até uma que preenche os sonhos de Luis Roberto Ponte. É uma emenda do deputado Cesar Cals Neto (PDS-CE) determinando que os eleitos a 15 de novembro deste ano exerçam um mandato tampão de dois anos, podendo concorrer à reeleição em 1990.

Na página 5, a lenta tramitação do projeto que regulamenta a eleição municipal